

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.450 - TO (2019/0018290-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : **ALDÊNIS BEZERRA CAVALCANTE**  
**RECORRENTE** : **ALEXANDRE TADEU SALOMÃO ABDALLA**  
**RECORRENTE** : **ANDERSON BARROS ARRAES**  
**RECORRENTE** : **EDUARDO HENRIQUE VITAL GODINHO**  
**RECORRENTE** : **FRANCISCO DE ASSIS SOUSA PEREIRA**  
**RECORRENTE** : **GILMAR LIMA DE HOLANDA**  
**RECORRENTE** : **ISSA SOBRINHO RAMOS HAMIDAH**  
**RECORRENTE** : **JAURY ENGERS**  
**RECORRENTE** : **JOAO LUIS BARIS DE LIMA**  
**RECORRENTE** : **JOSE MARCELINO VIANNA**  
**RECORRENTE** : **MARIA APARECIDA COSTA SOARES NOLETO**  
**RECORRENTE** : **MARIO SERGIO DE MARCO SANSANA**  
**RECORRENTE** : **MURILLO FARO CIFUENTES**  
**RECORRENTE** : **NELSIANE MARTINS PARENTE AZEVEDO**  
**RECORRENTE** : **OSWALDO LINO ARANTES**  
**RECORRENTE** : **PAULO CARLOS DE ALMEIDA FILHO**  
**RECORRENTE** : **ORCILENE MARTINS FEITOSA MEDEIROS**  
**RECORRENTE** : **JOAO NEVES DE BENTO TEIXEIRA**  
**ADVOGADO** : **LEONARDO FERNANDES RANNA - DF024811**  
**RECORRIDO** : **ESTADO DO TOCANTINS**  
**PROCURADOR** : **JAX JAMES GRACIA PONTES E OUTRO(S)**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS Nº 283 E 284/STF. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ALDÊNIS BEZERRA CAVALCANTE e OUTROS, com fundamento no art. 105, III, "a", da CF/1988, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, nesses termos ementado:

APELAÇÃO. PERITOS CRIMINAIS E MÉDICOS LEGISTAS. EQUIPARAÇÃO. REAJUSTE CONCEDIDO AOS AGENTES DE POLÍCIA, ESCRIVÃES, AGENTES PENITENCIÁRIOS, PAPILOSCOPISTAS E AUXILIARES DE AUTÓPSIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM EXAME DO MÉRITO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. DESPACHO PARA RECOLHER AS CUSTAS PROCESSUAIS. NÃO CUMPRIDO. INTELIGÊNCIA DO ART. 321, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PERCENTUAL DENTRO DOS LIMITES DO ARTIGO 81 DO CPC. POSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E

NÃO PROVIDO.

Embargos de declaração rejeitados.

Sustenta a parte recorrente que o acórdão estadual, além de negar a devida prestação jurisdicional, violou os artigos 6º, 8º e 321 do CPC/2015

Apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional, visto que tal somente se configura quando, na apreciação de recurso, o órgão julgador insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida, e não foi.

Na espécie, o Tribunal de origem reafirmou pela extinção do processo, uma vez desatendida a ordem pela emenda da inicial.

Relembro que os embargos de declaração opostos na origem não podem ser destinados ao "acréscimo de razões que para a parte pareçam significativas, mas que, para o julgador, se não irrelevantes, constituem questões superadas pelas razões de julgar" (EDcl nos EDcl no AgRg no AgRg no REsp 792.547/DF, Rel. Min. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (Desembargadora Convocada do TJ/PE), SEXTA TURMA, DJe de 19.8.2013), pois é certo que "não cabe ao Tribunal, que não é órgão de consulta, responder a questionários postos pela parte sucumbente, que não aponta de concreto nenhuma obscuridade, omissão ou contradição no acórdão, mas deseja, isto sim, esclarecimentos sobre sua situação futura e profliga o que considera injustiças decorrentes do 'decisum' (...)" (EDcl no REsp 739/RJ, Rel. Min. ATHOS CARNEIRO, QUARTA TURMA, DJ de 11.3.1991, p. 2395).

De outra parte, o recurso especial, de natureza extraordinária, não é conhecido quando não demonstrados os pressupostos constitucionais.

Exige-se para a admissão do apelo clareza na indicação dos artigos de lei federal alegadamente violados, bem como a explanação coerente, clara e precisa da medida em que o aresto objurgado teria afrontado cada um desses dispositivos, ou a eles tenha dado interpretação divergente da adotada por este ou por outro Tribunal.

Ausente fundamentação, ou quando deficiente, não se conhece do recurso (esse é o teor da jurisprudência cristalizada pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula nº 284/STF – "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia" –, também aplicada ao especial).

A impugnação deve ser específica.

É certo na jurisprudência desta Corte que não se considera fundamentado o recurso especial (a) genérico, sem a efetiva demonstração de contrariedade à lei federal (cf. AgRg no AREsp 288.596/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 11/03/2016), (b) dissociado do contexto nos autos (cf. REsp 1337635/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe

01/08/2013), (c) em que os dispositivos apontados não possuem comando normativo apto para infirmar os fundamentos do *decisum* (cf. AgRg no REsp 1279021/BA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 11/11/2013).

As razões recursais, em suma, não podem estar aquém do necessário para se chegar a conclusão contrária ao que decidido na Corte *a quo* – como ocorrido.

Com efeito, a premissa nos autos é de que os autores deixaram de realizar a emenda à inicial (também porque "não juntaram o comprovante de pagamento de custas e taxa judiciária"). Assim, o indeferimento da inicial é medida cogente (art. 321, parágrafo único, do CPC/2015).

Estão as razões recursais, por falta de impugnação específica, aquém do necessário para se chegar a conclusão contrária ao juízo e às premissas jurídicas assentadas no acórdão objurgado.

Impositiva, por consectário, a aplicação das Súmulas nº 284/STF – "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia" – e nº 283/STF – "é inadmissível o recurso especial quando o acórdão recorrido assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

**Relator**